

Lux Aeterna

Pedro Bandeira

A barragem de Alqueva, no rio Guadiana, dará origem a uma extensa albufeira que terá como consequência a submersão da aldeia da Luz. A construção de uma nova aldeia e o respectivo processo de realojamento da população evidenciaram uma situação reconhecidamente excepcional em que a vontade governativa e a oportunidade de financiamento comunitário se aliaram às expectativas de uma população carente. Este processo, que não deixou de recordar o SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local, 1974/76, integrado no Fundo de Fomento da Habitação) no que diz respeito à participação popular, beneficiou de uma maturação do sistema democrático, que ainda assim revela algumas fragilidades. No Alentejo interior a aridez das terras tem justificado um acentuado despovoamento, a população mais jovem e activa procura trocar um *modus-vivendi* essencialmente agrário por actividades mais urbanas, migrando para Lisboa, Setúbal ou Évora. A derradeira decisão pela construção da barragem não apanhou a população desprevenida, constituindo mesmo um sinal de esperança que, há mais de 30, anos fazia parte das promessas eleitorais de diversos partidos e governos. O projecto sempre carregou a expectativa de novos empregos e da recuperação de um regadio capaz de minorar o frágil caudal das águas do Guadiana, supostamente disperso na paisagem espanhola.

Na velha aldeia da Luz, a eminente expectativa de mudança acentuou uma inércia em termos de expansão ou manutenção do património edificado. A qualidade do espaço público e privado era, salvo raras excepções, pobre. Regra geral, as habitações careciam de condições de salubridade, encontrando-se muito aquém das exigências regulamentares. As adaptações ou melhoramentos de âmbito arquitectónico com base em novos usos ou na introdução de novos materiais (fibro-cimento, alumínio, mosaicos cerâmicos, etc.) seguiam os padrões de um imaginário urbano e clandestino. Este *investimento* raramente qualificado mas de reconhecido esforço económico representava quase sempre, uma diferenciação da estratificação social que, por mais humilde que

fosse, não se poderia menosprezar. Mármore e granito polidos, azulejos em degrade, balaustradas de cimento ou vidros coloridos e martelados, marcavam a diferenciação outrora vinculada às fálicas chaminés tradicionais. O espaço público era igualmente modesto, rareando os passeios, a iluminação pública ou qualquer diversidade programática. Poder-se-ia, ainda, denunciar uma deficiente rede de infra-estruturas de abastecimento de água, saneamento e electricidade.

Esta descrição da velha aldeia da Luz, embora apressada, não está longe de uma realidade que interessaria ao Estado indemnizar. Considerando o baixo valor das terras áridas e geograficamente distantes, a indemnização monetária sairia sempre mais económica do que a opção pela construção de uma nova aldeia e o respectivo realojamento. Precavendo-se perante esta possibilidade, a população da Luz começou por definir algumas exigências que pudessem compensar a totalidade dos prejuízos materiais mas também os prejuízos morais, culturais ou outros, inaugurando uma contestação ímpar com base numa argumentação emocional e algo subjectiva (porque "há coisas que não têm preço") mas, como se compreende, difícil de refutar. Em 1981 um programa preliminar, elaborado por uma comissão de moradores, apenas constituída por homens, avançava com os critérios da indemnização à base do pagamento em «espécie de propriedades». O requerimento do realojamento de prédios rústicos ou urbanos, traduzia a rejeição unanime de uma compensação meramente monetária, impelindo o Estado a conceber e construir um novo povoamento – a Nova Aldeia da Luz.

Apenas 14 anos depois do primeiro programa preliminar, em 1995, foi aberto um concurso público internacional, no âmbito da Comunidade Europeia, para a elaboração do Projecto da Nova Aldeia da Luz. O tempo de interregno entre estas duas fases, caracterizado por uma constante hesitação ou falta de empenho por parte de sucessivos Governos, acentuava a atmosfera de cepticismo na população que, alternava a tranquilidade inerente à inércia do processo por uma desconfiança crescente, à medida em que se adquiria uma consciência da irreversibilidade do mesmo. Com o concurso o Governo promovia a sua imagem empreendedora, captando a atenção, quer, dos seus

directos interessados, quer, da comunicação social. O Alqueva deixava de ser ilusão e mediatizava-se. O programa do concurso, complexo e ambicioso, evidenciava o carácter necessariamente participativo da população e conjugava compromissos como «realojar uma aldeia alentejana», «manter os mesmos vizinhos» ou «manter a mesma posição relativa» com a expectativa de novas actividades como o sector turístico ou um parque industrial!. Resumidamente, dever-se-ia conciliar a manutenção de uma memória colectiva com novas actividades capazes de contrariar uma tendência de despovoamento.

A equipa projectista vencedora do concurso (coordenada pelo arquitecto João Figueira) avançou, logo após a celebração do contrato com a EDIA (Empresa para o Desenvolvimento do Alqueva – uma sociedade anónima com participação do Estado), com um inquérito «casa-a-casa», capaz de traduzir exaustivamente o objecto sujeito a realojamento, assim como as expectativas dos futuros proprietários no que refere ao seu património privado. Foi com base nesta análise que se fizeram as primeiras propostas e em que foram testados os desenhos ao nível dos programas, tipologias e linguagens. Através de sessões de esclarecimento público e individual favoreceu-se a adopção de um programa em permanente evolução e ajuste, conciliando as dificuldades de um cliente pouco habituado ao vocabulário técnico e linguístico do arquitecto com o abdicar, deste último, de imaginários simplistas que apressadamente associamos à vida rural. Se, por um lado, o espaço de lume dentro da habitação, o tecto inclinado forrado a cana, a ausência de corredores, ou a recuperação de tipologias e técnicas construtivas tradicionais dignificam uma imagem da arquitectura rural, a verdade é que estas opções estarão muito distantes dos interesses dos novos proprietários.

O projecto desenvolveu-se com um incontornável pragmatismo da arquitectura possível (considerando limitações orçamentais e calendários políticos), o que não significou uma total cedência ou alguma conformidade. Procurou-se antes estabelecer um compromisso através de uma diversidade de projectos com possibilidades de variantes (25 tipologias-base de habitação, 11 comércio, 4 tipologias de cozinhas exteriores, diversas garagens e anexos, diferentes associações, diferentes vãos, materiais ou cores).

Entre Novembro de 96 e Agosto de 98, o projecto desdobra-se em de três figuras; Plano da Nova Aldeia da Luz, o Projecto das Infra-estruturas e o Projecto das Habitações. Este último é compreensivelmente mais polémico, por concentrar os interesses privados. É a este nível que se torna mais difícil reunir consensos quer no diálogo com os arquitectos quer no diálogo entre moradores. No que diz respeito ao espaço interior doméstico, existe claramente uma cedência na actualização de um imaginário essencialmente urbano, que dificilmente se compatibilizaria com os usos tradicionais: a banalidade da cozinha moderna, sem zona de lume e com laje de tecto horizontal, são exemplos que não fazem justiça ao carácter tão próprio das tipologias originárias da velha Luz, embora uma segunda cozinha construída em anexo à nova habitação venha colmatar um espaço de lume e "matança". O Projecto da Habitações foi ainda alvo de discussão no que refere aos alçados, tentando-se articular uma imagem coerente do espaço público (evitando a tentação dos revestimentos cerâmicos exteriores, das portas de alumínio, ou dos fragmentos polidos de granito e mármore) com a manutenção de uma diferenciação socialmente representativa. Se genericamente se ambicionava uma «aldeia alentejana», vontade expressa no Plano –que fora legitimado num processo que o levaria às páginas do Diário da República– o facto é que, tantas vezes, os interesses privados contrariaram essa vontade.

Durante a obra foram efectuadas alterações contrárias aos projectos de arquitectura com a cumplicidade de uma EDIA mais sensível a ceder a compromissos extraordinários com parte da população que, sob a chancela da comunicação social, soube gerir o processo tirando partido de um poder que regularmente governou mais pelo valor de uma *sondagem* do que pelo rigor de uma *estatística*. De nada valeu a fiscalização da obra nem o apelo dos arquitectos para que se mantivessem os projectos de acordo com os critérios iniciais de realojamento. Quem mais tempo soube resistir ao processo de realojamento, numa chantagem sempre em vésperas de inauguração, mais benefícios lucrou. Em 19 de Novembro de 2002 a nova Luz foi inaugurada com a presença do Ex.mo Sr. Primeiro Ministro Durão Barroso. No mesmo dia era página do jornal diário Público: "DESCARACTERIZAÇÃO DA ALDEIA DA LUZ JÁ COMEÇOU NAS PRÓPRIAS CASAS". Nas páginas do semanário Expresso (23.11.2002) lia-se: "O PROJECTO DE UMA NOVA LOCALIDADE, COM CASAS

IGUAIS, SAIU DERROTADO PELA REALIDADE. ALQUEVA NÃO SUBMERGIU A DIFERENCIAÇÃO SOCIAL". Mas a "diferenciação social" sempre fora parte integrante do projecto; quer na adopção de diferentes tipologias; nas dimensões de frente de rua; na pormenorização de revestimentos; em guarnições de vãos; detalhes de beirado. Tudo sempre atribuído tendo em consideração a propriedade a realojar. O que não estava implícito no projecto foi o oportunismo evidenciado por uma minoria de moradores que sobrepuseram os seus interesses particulares aos interesses colectivos, revelando um total desrespeito por opções, a nível da imagem do espaço público, que foram discutidas e aprovadas democraticamente. A "realidade" que, supostamente, "derrotou o projecto" fora a mesma que já antes construíra uma aldeia descaracterizada que evidenciava grandes carências ao nível das infra-estruturas públicas e privadas. É a "realidade" dos mesmos que a determinada altura do processo negaram uma atribuição adicional de 70 m² de terra para que todos os moradores tivessem um pequeno quintal. É a realidade que justifica na diferenciação a ausência de solidariedade.

Reflectir sobre o eventual sucesso deste projecto implicará um distanciamento temporal, capaz de olhar não para a sua história excepcional, de que este processo fez parte, mas para o seu futuro. Esse olhar ultrapassa claramente o âmbito da arquitectura: verificar-se-á com a estabilidade económica e social, com a inversão do despovoamento, com a eventual expansão, com a adaptação a novas actividades capazes de explorar sabiamente a nova paisagem. As hipóteses que se antevêm e se preconizam não estarão isentas de risco: terão que saber contrariar o isolamento geográfico que a albufeira irá acentuar; terão que saber esperar pela conclusão de um engenhoso e demorado plano de regadio e, como se não bastasse, estarão sujeitas ao acaso de uma albufeira que poderá tardar em encher, dependendo do clima ou das políticas do regadio espanhol. A relação da aldeia com a albufeira é uma incerteza: considerando a suavidade dos montes alentejanos, sabemos que a menor diferença no nível das águas da albufeira irá afastar desproporcionalmente a sua margem. O modo como a população lidará com este frágil sistema é uma incógnita, mas o desrespeito evidenciado na Luz face à regulamentação deixa antever o pior face às normativas de protecção e restrição dos usos da água. A verificar-se uma sobreposição de interesses privados em relação aos interesses públicos dificilmente se conseguirá uma gestão equilibrada da paisagem.

A recente polémica lançada por novas sensibilidades ecológicas sobre o enchimento da albufeira à cota 139 ou à cota 152 (motivada pelo abate de árvores) peca por ser intempestiva, mas parece evidenciar a incerteza com que são tomadas decisões desta dimensão. Uma coisa será mais do que certa; da parte do Governo, assumir como erro a cota 152, demonstraria um total desrespeito pelos dinheiros públicos que financiaram um projecto que será o "maior lago artificial da Europa ocidental". Não haverá Governo que assuma tal erro.

Tal como no mito de Sísifo, estamos condenados a acreditar que o Alqueva veio por bem, mesmo suspeitando que os interesses políticos, ao sabor de populismos, tantas vezes se sobrepõem a um saber técnico e científico.

*** Pedro Bandeira, arquitecto sócio da firma João Figueira e Associados,
projectista da nova aldeia da Luz.**

Autores do Plano de Pormenor, Projecto das Habitações e Infra-estruturas:

Coordenador: João Francisco Figueira

Projecto de Arquitectura: João Figueira e Associados, Lda. (Ana Luísa Rodrigues, João Francisco Figueira, Luís Miguel Fareleira, José Miguel Rodrigues, Pedro Bandeira), Joaquim Moreno, Nuno Merino Rocha, Vasco Albuquerque, Sérgio Amorim, Luís Miguel Figueira.

Projecto das Especialidades: Álvaro Domingues, António Barbosa, Custódio, Fernando Silva, Filipe Bandeira, Manuel Alves Matias, Carolina Leite, Maria José Curado, Paulo Meireles, Rui Pedro Gonçalves, Sofia Plácido Abreu, Vítor Abrantes.